

ANDRÉ NUNES CONTI

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (2020) e mestrado em Direito (LL.M.) pela Ludwig-Maximilians-Universität München (2021)

DESCONSIDERAÇÃO ATRIBUTIVA NO DIREITO PRIVADO

**A IMPUTAÇÃO DE FATOS DA PESSOA
JURÍDICA AOS SEUS MEMBROS E VICE-VERSA**

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

ANDRÉ NUNES CONTI

Desconsideração Atributiva no Direito Privado:

A imputação de fatos da pessoa jurídica aos seus membros e vice-versa

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-163-5

1. Direito Privado. 2. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
3. Responsabilidade por Dívida Alheia. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	13
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Prefácio.....	17

I. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA NO CONTEXTO DO DIREITO BRASILEIRO: IMPUTAÇÃO DE FATOS DA PESSOA JURÍDICA A SEUS MEMBROS E VICE-VERSA, 21

II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PROBLEMAS DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, 25

1. Imputação e titularidade enquanto juízos de pertinência subjetiva na aplicação do direito.....	25
a) Imputação enquanto juízo de pertinência entre os fatos da hipótese de uma norma e o destinatário de suas consequências.....	25
b) Conceitos úteis relacionados à imputação	29
c) Funções gerais da imputação como figura metodológica na aplicação do direito.....	30
2. O princípio da separação entre a pessoa jurídica e seus membros.....	31
a) Separação entre a pessoa jurídica e seus membros enquanto segregação dos juízos de imputação e titularidade.....	31
b) Fundamento legal do princípio da separação.....	34
c) Teleologia do princípio da separação	36
3. A vigência do princípio da separação como regra geral.....	38
a) Derrogabilidade do princípio da separação em concorrência com outras normas	38
b) Relação regra-exceção enquanto distribuição do ônus argumentativo.....	39
c) Ônus argumentativo em favor do princípio da separação	41
4. A desconsideração da personalidade jurídica enquanto exceção ao princípio da separação.....	43
a) Desconsideração da personalidade jurídica enquanto juízo de imputação ou titularidade contrário ao princípio da separação.....	43

- b) Caráter excepcional da desconsideração da personalidade jurídica46
- c) Critérios gerais para a constatação e resolução dos problemas de desconsideração da personalidade jurídica47

III. DISTINÇÃO ENTRE DESCONSIDERAÇÃO PARA IMPOSIÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DÍVIDA ALHEIA E DESCONSIDERAÇÃO ATRIBUTIVA, 49

- 1. Origem da distinção50
 - a) Desenvolvimento da teoria da desconsideração da personalidade jurídica na Alemanha50
 - b) Estado atual da discussão na Alemanha54
- 2. Recepção no Brasil.....56
 - a) Desenvolvimento da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil56
 - b) Recepção da desconsideração atributiva62
- 3. Critério distintivo: relação de pertinência com o fundamento original dos deveres impostos64
 - a) Conformação dogmática da desconsideração da personalidade jurídica para imposição de responsabilidade por dívida alheia64
 - b) Ausência de relação de pertinência entre alvo da responsabilidade e fundamento original para a responsabilização.....73
 - c) Necessidade de um fundamento autônomo para a imposição da responsabilidade.....74
 - d) Classificação de casos especiais75
- 4. Sentido da distinção: diferença quanto às regras aplicáveis e às exigências de fundamentação.....80
 - a) Necessidade de previsão legal do fundamento autônomo para a imposição de responsabilidade por dívida alheia.....80
 - b) Desnecessidade de previsão legal para a aplicação de normas mediante juízos de imputação fundados em critérios decorrentes de sua teleologia81
 - c) Inaplicabilidade das normas sobre desconsideração para imposição de responsabilidade (artigo 50 do Código Civil e artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil) à desconsideração atributiva....82

IV. CONTORNOS GERAIS DA DESCONSIDERAÇÃO ATRIBUTIVA, 85

1. Método de identificação do problema.....	86
a) Sujeito e objeto do juízo de imputação	86
b) Critério do juízo de imputação.....	89
2. Método de resolução do problema.....	92
a) Ponderação entre teleologia da norma a ser aplicada e teleologia do princípio da separação	92
b) Elementos relevantes para a ponderação	94

V. GRUPOS DE CASOS DA DESCONSIDERAÇÃO ATRIBUTIVA, 97

1. Imputação de atos dolosos	100
a) Agravamento intencional do risco em contrato de seguro	101
b) Implemento malicioso da condição.....	108
c) Dolo na celebração de negócio jurídico	111
d) Ingratidão no contrato de doação.....	115
2. Imputação de atos em geral	118
a) Ajuizamento de ação prévia para efeitos de litispendência e coisa julgada	120
b) Comportamento contraditório em geral.....	125
c) Responsabilidade por ato ilícito em geral	128
d) Erro sobre qualidade essencial da pessoa na celebração de negócio jurídico	132
3. Imputação de conhecimento.....	137
4. Imputação de declarações de vontade	141
a) Distinção frente a casos de imputação de elemento previsto em norma contratual	143
b) Distinção frente a casos de imposição de responsabilidade por dívida alheia	147
c) Imputação da declaração de vontade de contrair direitos e obrigações em geral	149
d) Extensão da convenção de arbitragem.....	153

5. Imputação de interesses	158
a) Conflito de interesses no exercício do direito de voto.....	161
b) Conflito de interesses entre representante e representado	169
c) Conflito de interesses e obrigação legal de não concorrência.....	174
d) Convergência de interesses no exercício do direito de voto por cabeça em AGC	180
6. Imputação de condições econômicas.....	184
a) Patrimônio do adquirente de boa-fé e transação de mercado	185
b) Patrimônio relevante para a concessão de justiça gratuita	191
c) Real beneficiário da intermediação no contrato de corretagem.....	195
d) Regras de proteção da intangibilidade do capital social.....	198

VI. CONCLUSÃO E RESUMO, 201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 211

Índice onomástico, 223

Índice das decisões citadas, 227

Supremo Tribunal Federal	227
Superior Tribunal de Justiça	227
Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	227
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	227
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	227
Tribunal de Justiça de São Paulo	227
<i>Bundesgerichtshof</i>	228
<i>Reichsgericht</i>	228

Índice alfabético-remissivo, 229